

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

**Perfil, evolução e perspectivas
do ensino e da pesquisa em
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

Salvador
EDUFBA
2015

2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui

Normalização
Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Heloísa Liberalli Bellotto

11 Apresentação

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Aurora Leonor Freixo

Parte 1 – Ensino em Arquivologia

17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación

Maria Manuela Moro Cabero

41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Carlos Alberto Araújo

61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

Flávia Helena Oliveira

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil

Welder Antônio Silva

Cíntia Chagas Arreguy

Leandro Negreiros

97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino

Fernanda Kieling Pedrazzi

Rafael Chaves Ferreira

Sonia Elisabete Constante

113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia

Ivone Guerreiro Di Chiara

Linete Bartalo

Miguel Luiz Contani

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**
André Porto Ancona Lopez
Rodrigo Fortes Ávila
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**
Solange Machado de Souza
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
José Maria Jardim
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
Solange Machado de Souza
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**
Djalma Mandu de Brito

Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**
Sandra Lúcia Rebel Gomes
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**
Cyntia Roncaglio
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**
Leandro Coelho de Aguiar
Renata Regina Gouvêa Barbalho
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**
Paola Rodrigues Bittencourt
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**
Ana Celeste Indolfo

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**
Brenda Couto de Brito Rocco
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**
Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**
Renato Pinto Venâncio
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**
Anna Carla Almeida Mariz
Thiago de Oliveira Vieira

Parte 4 – Arquivos e Tecnologias

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**
Daniel Flores
Débora Flores
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**
Sérgio Renato Lampert
Daniel Flores
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSM**
Débora Flores
Dulce Elaine Saul da Luz
Raul Ceretta Nunes
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Telma Campanha de Carvalho Madio
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**
Márcia Cristina Duarte Trancos
Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**
Camila Poerschke Rodrigues
Daniel Flores
Sérgio Renato Lampert
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**
Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**
Roberto Lopes dos Santos Júnior
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**
Carlos Henrique Juvêncio
Georgete Medleg Rodrigues
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**
Shirley Carvalhêdo
- 573 Recomendações e moções**

Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêm-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo. SP

Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo

Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das Instituições Arquivísticas Públicas da cidade do Rio de Janeiro

Thiago de Oliveira Vieira
Anna Carla Almeida Mariz

Esta pesquisa é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, desde agosto de 2012. Serão apresentados alguns resultados preliminares desta pesquisa.

Por meio da necessidade do homem em registrar e comunicar as informações resultantes de seus atos, com o surgimento da escrita, se originam os arquivos. Para Silva (2009, p. 45) “a origem dos arquivos dá-se, pois, naturalmente, desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade humana. Poder-se-á definir como um fenômeno espontâneo”.

É a partir da prática empírica nos arquivos, sobretudo públicos, que a Arquivologia se desenvolve.

Os arquivos foram tradicionalmente concebidos pelo Estado, para servi-lo, como parte da sua estrutura hierárquica e organização cultural. Não deve surpreender que a Arquivologia tivesse encontrado sua legitimidade inicial em teorias e modelos estatais e no estudo das características e propriedades de velhos documentos estatais. (COOK, 2012, p. 140)

Considerada por diversos autores¹ como um marco fundador da Arquivologia, o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, publicado pela Associação de Arquivistas Holan-

¹ Fonseca (2005, p. 32) destaca diversos autores que consideram o Manual dos Arquivistas Holandeses um “marco inaugural” da disciplina arquivística.

deses, em 1898 e traduzido e publicado no Brasil, pelo Arquivo Nacional, em 1973, define arquivo como:

Conjunto de **documentos escritos, desenhos e material impresso**, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13, grifo nosso)

Conforme a definição acima, apenas os documentos escritos, desenhos e materiais impressos podem ser considerados documentos que constituem arquivos. O Manual ainda ressalta que “[...] outros objetos não podem formar parte de arquivos. Isso se aplica não apenas às antiguidades e objetos similares, que pertencem, pela natureza das coisas, aos museus e coleções de antiguidades [...]”. (1973, p. 14-15)

Há que ressaltar que na edição traduzida e publicada no Brasil, pelo Arquivo Nacional, consta uma nota quanto à definição de arquivo, publicada na edição original, datada de 1898: “A definição foi redigida há muitos anos, antes de generalizadas as reproduções fotográficas, ou outras. Se escrita hoje, nela seriam, sem dúvida, incluídas”. (1973, p. 14)

Segundo Rousseau e Couture, (1998, p. 227) os arquivos não textuais eram reunidos em coleções ou confiados a profissionais de outras áreas. Destacam ainda que “foi apenas durante os anos de 1960 e 1970 que os arquivistas se interessaram verdadeiramente pela questão da inclusão dos documentos não textuais nos seus respectivos fundos de arquivo”². Fica evidente a afirmação de Rousseau e Couture, de que os arquivos não textuais não faziam parte dos arquivos, se analisada à luz da definição de arquivo do Manual dos Arquivistas Holandeses, publicado pelo Arquivo Nacional em 1973.

Na mesma linha de Rousseau e Couture, Tanodi (2009, p. 32) destaca:

En la actualidad, los archiveros se interesan por un serio problema respecto a la archivalia³ y a los documentos históricos, debido a las nuevas formas de producción técnica. Dicho problema lo constituye el material reproductivo o reprografía y sonoro que se introduce entre la archivalia o que tiene las carac-

2 Fundo de Arquivo: “O conjunto de peças de qualquer natureza que todo o corpo administrativo, pessoa física ou moral, reuniu orgânica e automaticamente em virtude das suas funções ou da sua actividade” (FRANÇA, DIRECTION DES ARCHIVES, 1970 apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 227)

3 “Por archivalia entendemos todo el material escrito, gráfico (dibujos, mapas, planos) multigráfico, reprografía, sonoro, áudio-visual (películas), legible por máquina, proveniente de una entidad, producido o recibido em función de sus actividades o, em general, relacionado com su vida administrativa, desde el momento en que cumplió su función inmediata que origino su creación, y se conserva con fines administrativos, jurídicos y científicos o culturales” (TANODI, 2009, p. 20)

terísticas de documentos históricos, y por consiguiente, requiere una consideración específica.

Portanto, até as décadas de 1960 e 1970, os arquivos restringiram-se ao armazenamento e tratamento apenas dos documentos em linguagem textual e em suportes como pergaminho, papiro e papel.

O surgimento e a utilização em larga escala de novas linguagens de comunicação fizeram os arquivistas se interessarem por esses novos tipos de documento, registrados em diferentes suportes: documento audiovisual (fitas videomagnéticas, filmes, etc.), documento iconográfico (fotografia, cartazes, charges, etc.) e documento sonoro (fitas audiomagnéticas, discos etc.). Paes (2004, p. 147) ressalta que “subsiste ainda a ideia, embora errônea, de que os arquivistas manipulam apenas documentos convencionais e meramente administrativos [...]”

Os materiais audiovisuais e cartográficos apresentam quase o mesmo interesse tanto para os bibliotecários quanto para os arquivistas. As películas cinematográficas, por exemplo, quando produzidas ou recebidas por uma administração no cumprimento de funções específicas, podem ser consideradas arquivos. (SCHELLENBERG, 2004, p. 44)

Para Bellotto, (2004, p. 36) “a forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem [...], e não o suporte sobre o qual está constituído, que vai determinar sua condição de documento de arquivo [...]”.

As informações registradas nesses diferentes suportes foram denominadas pela Arquivologia de documentos especiais, documentos não textuais e documentos audiovisuais. Essas denominações se devem ao fato desses suportes necessitarem de tratamentos específicos para armazenamento, acondicionamento, organização, conservação e acesso. De acordo com Paes, (2004, p. 22) durante o I Congresso Brasileiro de Arquivologia,⁴ no âmbito das discussões da proposta de um currículo mínimo para o Curso Superior de Arquivo, a questão dos documentos especiais foi amplamente debatida e incluída no programa do curso.

Na presente pesquisa será utilizado o termo documento especial. Esta escolha deve-se ao termo documento especial ser mais utilizado na realidade brasileira. Além disso, trabalha-

4 O I Congresso Brasileiro de Arquivologia foi realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1972, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros.

se os documentos especiais como uma noção,⁵ pois percebe-se que não há na Arquivologia consistência teórica que permita defini-lo como um conceito.⁶

Passados cerca de 50 anos do surgimento da noção de documentos especiais na Arquivologia, como estes documentos aparecem na prática das instituições arquivísticas públicas brasileiras? Como estão inseridos na estrutura interna destas instituições?

Parte-se do pressuposto que os documentos especiais influenciam além das necessidades de tratamento técnico e preservação nas instituições arquivísticas públicas brasileiras. As instituições arquivísticas públicas ainda utilizam esta noção e como resultado, podemos observar a divisão de sua estrutura interna de tratamento técnico e preservação. Pressupõe-se, ainda, que isso tem início a partir da aceitação, na Arquivologia, dos documentos especiais como documentos de arquivo.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como o surgimento da noção de documentos especiais influenciou, e ainda influencia, a prática arquivística e a estruturação interna das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro.

Os objetivos específicos consistem em analisar as práticas desenvolvidas, a partir da noção de documentos especiais, nas instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro e verificar na estrutura interna destas instituições, a noção de documentos especiais.

Marcos teóricos

Para desenvolvimento desta pesquisa, foi iniciada uma revisão de literatura com o objetivo de fundamentar as questões principais a serem desenvolvidas a partir do estudo do campo empírico.

Conforme citado anteriormente, a definição de arquivo presente no Manual dos Arquivistas Holandeses limita ao termo arquivo somente os documentos produzidos por uma pessoa jurídica e em determinadas linguagens: escritos, desenhos e impressos.

Lodolini define arquivo como:

O conjunto de documentos acumulados por uma pessoa física ou jurídica (ou um grupo de serviços ou órgãos do último) – ou mesmo, acrescentamos, de uma associação – no curso de sua atividade e, portanto, ligada por um vínculo orgânico, que, uma vez perdido o interesse para a função/atividade ao qual foram criados, foram selecionados para preservação permanente, como

5 “Conceitos são unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria.” (MINAYO, 2010, p. 176)

6 “Noções dizem respeito aos elementos de uma teoria que ainda não possuem clareza suficiente para alcançar o status de conceito e são usados como “imagens” para explicações aproximadas do real.” (MINAYO, 2010, p. 176)

patrimônio cultural. (1970, p. 355 apud LODOLINI, 2010, p. 185, tradução nossa)

Lodolini destaca em sua definição a relação entre os documentos e as atividades que os geraram, ou seja, a relação orgânica dos documentos. Além disso, Lodolini considera como arquivo, tanto os documentos produzidos por pessoa física como os produzidos por pessoa jurídica.

Sendo o arquivo composto por um conjunto de documentos, Schellenberg define documento como:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (2004, p. 41, grifo nosso)

Segundo Martín-Pozuelo:

Considero documento de archivo el documento que resulta de un proceso administrativo o jurídico, así como todos aquellos que hacen posible tal proceso, recogidos en un archivo, donde paulatinamente van prescribiendo sus valores originales sustituyéndose por otros de prueba e información. (1996, p. 98)

Para Tanodi, documento arquivístico é aquele “produzido por uma pessoa ou instituição en el transcurso de las transacciones propias de esa persona o institución”. (2009, p. 22)

Lanza e Golinelli destacam que o documento arquivístico “é uma mensagem produzida ou recebida, por uma pessoa física ou jurídica, como instrumento e resíduo de suas atividades. Um documento é informação fixada em um suporte de forma estável”. (2006, p. 25, tradução nossa)

Importante ressaltar que embora existam diferentes termos, documento de arquivo, documento arquivístico e documento, todos apresentam características em comum: o documento produzido e/ou recebido por uma instituição ou pessoa, dotado de organicidade, produzido em razão das funções e atividades desta instituição ou pessoa, independente da

linguagem (textual, audiovisual, sonoro, iconográfico e etc.), suporte (papel, filme, disco e etc.) e das formas de registro (magnético, ótico e etc.).

Fonseca (2005, p. 57) destaca as reflexões de Theo Thomassen, que identifica uma primeira revolução científica na Arquivologia com a publicação do Manual dos Holandeses, no final do século XIX. Fonseca destaca ainda que, para Thomassen, uma nova mudança de paradigma está em curso na Arquivologia, fruto do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Fonseca (2005, p. 59) chama atenção para um novo paradigma no objeto da Arquivologia, o deslocamento do arquivo para a informação arquivística. Segundo Silva, (2008, p. 45) “Entende-se, portanto, a informação arquivística como aquela produzida, recebida e acumulada por um organismo em razão das competências e atividades necessárias para a realização de seus objetivos”.

A noção de informação arquivística ainda necessita de maior produção teórica, não é hegemônico na literatura arquivística, onde predominam os conceitos de arquivo e documento de arquivo.

A noção de informação arquivística é recente na literatura arquivística da área e ainda carece de verticalização teórica. Na verdade, a Arquivística tende a reconhecer os arquivos como seu objeto e não a informação arquivística. Em torno dessas duas perspectivas situam-se as escolas de pensamento mais conservadoras – ainda predominantes – e as mais renovadoras. De modo geral, a primeira tendência encontra acolhida nos arquivos públicos europeus e a segunda, em escolas de Ciência da Informação de universidades dos Estados Unidos e Canadá. (JARDIM; FONSECA, 1998, p. 369 apud SILVA, 2010)

Diante do exposto, cabe destacar o entendimento de arquivo especial presente na teoria arquivística.

Aquele que tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas – fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides, disquetes, CD-ROM – e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação etc. (PAES, 2004, p. 22)

Identifica-se na terminologia arquivística internacional, o uso e conceituação do termo documento especial. Segundo Damián Cervantes:

Son aquellos que presentan una o ambas de las siguientes características: a) el lenguaje que emplean para transmitir la información es distinto al textu-

al, pudiendo ser iconográfico, sonoro o audiovisual; b) el soporte en que se presentan es distinto al papel. O aun siendo de tal material, su formato varia a los que usualmente se encuentran en los archivos, exigiendo condiciones particulares para su instalación. (2008, p. 56)

Para Pearce-Moses (2005, tradução nossa), o documento especial é aquele armazenado separadamente de outros documentos, pois sua forma física ou características exigem tratamentos específicos ou seu formato é de grandes dimensões, como os documentos cartográficos, audiovisuais, eletrônicos.

Rousseau e Couture utilizam o termo documento não-textual para se referirem ao que outros autores denominam documento especial. Segundo os autores, documento não-textual é o “documento cuja informação é constituída por sons, imagens, etc. (vídeo, filme, iconografia, mapa e plano, etc.)”. (1998, p. 288)

Nesta pesquisa será utilizada a seguinte definição para a noção de documentos especiais: são aqueles que utilizam, para comunicar uma informação, a linguagem audiovisual, iconográfica ou sonora, e que necessitam, por conta de sua linguagem, de processamento técnico específico para análise e representação de sua informação; e por conta de seu suporte, de procedimentos técnicos diferenciados de preservação e acesso. São documentos especiais os documentos audiovisuais, documentos iconográficos e documentos sonoros.

O documento audiovisual é aquele que tem como linguagem a imagem, criada para dar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros. O documento iconográfico é aquele que tem como linguagem a imagem fixa. O documento sonoro é aquele que possui como linguagem o som.

Sendo o universo empírico desta pesquisa a instituição arquivística pública, adota-se a seguinte definição para a noção de instituição arquivística pública: “aquelas organizações cuja atividade-fim é a gestão, recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos por uma dada esfera governamental (ex.: o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e os arquivos municipais)”. (JARDIM, 1999, p. 22)

Limites de uma Arquivologia contemporânea

A expressão Arquivologia contemporânea ou arquivística contemporânea tem sido muito utilizada na Arquivologia. Podemos observar que inúmeros trabalhos acadêmicos se utilizam deste termo para abordar os mais diversos temas relacionados à área.

A palavra contemporâneo vem do latim “*contemporānĕus*” (CUNHA, 1999), tem como significado: “1 que ou o que viveu ou existiu na mesma época [...], 2 que ou o que é do tempo atual [...]”. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 534)

A expressão Arquivologia contemporânea é formada por um substantivo (Arquivologia) e um adjetivo (contemporâneo). O adjetivo indica um atributo/qualidade ao substantivo. Portanto, conforme a aceção de Houaiss e Villar, a Arquivologia contemporânea é a Arquivologia do tempo atual.

O surgimento do termo Arquivologia contemporânea leva-nos a algumas indagações: O que é a Arquivologia contemporânea? Quais os seus limites temporais? Estamos diante de uma nova Arquivologia?

Desde o final do século XIX até a década de 1980, do século XX, a prática empírica foi fundamentalmente a base do conhecimento arquivístico, predominava uma forte tradição manualística da área. Este cenário começa a se alterar a partir do desenvolvimento e difusão das tecnologias de informação e comunicação, durante o final século XX, o que levou os arquivistas a repensarem a Arquivologia.

Especialmente após os Anos 90 do Século XX, as novas formas de produção e uso da informação arquivística provocam novas questões em torno de aspectos teóricos e práticos da área. São questionados os objetos, os métodos, os princípios teóricos, as singularidades do documento digital, a web como espaço arquivístico, a perspectiva não custodial, o funcionamento das instituições e serviços, as formas de uso e transferência da informação arquivística, a preservação, a identidade do arquivista, a sua formação etc. Neste momento, tem início uma percepção segundo a qual os desafios da Arquivologia requerem processos inovadores de geração de conhecimento para além dos moldes consagrados até então. A pesquisa como uma das bases de renovação da área ganha espaço cada vez mais significativo. (JARDIM, 2012, p. 138)

Utilizando as teorias de Thomas Khun⁷ em A estrutura das revoluções científicas, alguns autores afirmam que o surgimento da Arquivologia pós-moderna significa uma mudança paradigmática na área. Fonseca utiliza Thomassen para afirmar que “o novo paradigma da Arquivologia é mais do que a passagem dos documentos em papel para os documentos eletrônicos – é a passagem para uma Arquivologia pós-custódia, ou Arquivologia pós-moderna”. (2005, p. 59)

7 Para Khun, paradigma é “aquilo que os membros de uma comunidade partilham, e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma”. “A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma.” (2011, p. 116-221)

No coração do novo paradigma está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos; uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional; [...] Para os arquivistas, a mudança de paradigma requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). (COOK, 2012. p. 125)

A Arquivologia pós-moderna tem origem no Canadá, na década de 1990. O canadense Terry Cook é considerado o criador do pensamento pós-moderno na Arquivologia. Segundo Cook:

O pós-moderno desconfia e se rebela contra o moderno. A noção de verdade universal ou conhecimento objetivo baseada nos princípios do racionalismo científico do Iluminismo, ou no emprego do método científico ou da análise textual clássica, é descartada como quimera. (2012, p. 128)

O pensamento pós-moderno repensa a disciplina arquivística, seus conceitos e técnicas, e a própria atuação do arquivista. A partir do pensamento pós-moderno, Cook (2012, p. 144) propõe novas formulações para o que ele chama de “velhos conceitos”:

Quadro 1– Novas formulações da Arquivologia pós-moderna

Conceitos	Arquivologia clássica DE	Arquivologia pós-moderna PARA
Documento arquivístico	Objeto físico e passivo	Objeto virtual e ativo
Arquivos (instituições)	Lugares físicos	Virtuais; “não-lugares”
Princípio da proveniência	Físico	Virtual
	Estrutura e lugar	Função e atividade
Princípio da ordem original	Respeito ou reconstituição da ordem interna do fundo	Armazenamento virtual aleatório; diferentes ordens para diferentes usuários
Fundo de arquivo	Ordem física estática organicamente acumulada; “de um para muitos”	Realidade virtual; produtor múltiplo e dinâmico; autoria múltipla focada na função/atividade; “de muitos para muitos”
Arranjo e descrição	Entidades e grupos de documentos físicos	Contexto e inter-relacionamentos
Preservação	Conservação e restauração de objetos físicos	Preservação de objetos virtuais
Avaliação	Físico	Virtual
	Documento; microavaliação	Função e atividade; macroavaliação

Fonte: elaborado pelo autor.⁸

8 Com base em Cook (2012).

Para Cook, (2012, p. 32) a Arquivologia pós-moderna é processo ao invés de produto, contexto no lugar do texto e dinâmico em vez de estático. Na Arquivologia pós-moderna não há absolutos universais.

Como dito anteriormente, a Arquivologia nasce por meio da prática empírica nos arquivos públicos e durante muito tempo teve uma forte tradição manualística. Esse quadro altera-se após a década de 1990.

La situación de la archivística ha cambiado de manera favorable en las últimas décadas, época en la que su corpus científico ha conocido un notable impulso. Este crecimiento ha venido en gran medida propiciado por su incorporación al catálogo de títulos académicos ofertados por las universidades en el campo de las Ciencias de la Información y la Documentación y por el consiguiente abandono del ámbito protector de las Ciencias Históricas. (OLIVEIRA, 2012, p. 34)

O deslocamento nas últimas décadas da produção de conhecimento arquivístico, das instituições arquivísticas para as universidades, permitiu o desenvolvimento de mais pesquisas na área, consolidando o papel do ensino e pesquisa nas universidades.

Para Oddo Bucci, há uma distinção entre Arquivologia e conhecimento arquivístico.

Conhecimento arquivístico é a forma articulada da prática diária por vários momentos, lugares, usos, mídias e 'valores' de arquivos, enquanto que Arquivologia é 'a construção sistemática e conceitual' do conhecimento arquivístico em integridade disciplinar. [...] ao realizar essa tarefa de elaboração teórica, a Arquivologia trabalha para canalizar, estruturar, organizar sistematicamente e estabelecer ordem no conhecimento arquivístico. Este último abre o caminho para a Arquivologia, mas ainda não a tem nele. Os termos não estão, no entanto, destinados a permanecer separados sem nunca se encontrar. Existe entre ambas uma relação dialética. É necessário que o conhecimento arquivístico se transforme por si mesmo em Arquivologia, assim como é necessário que a Arquivologia elabore conhecimento arquivístico dentro de si. (BUCCI, 2000, apud COOK, 2012, p. 132-133)

Uma pesquisa de Luis Hernández Oliveira (2012) sobre investigação arquivística, por meio das teses produzidas no período de 2000-2010, nos seguintes países: Brasil, Espanha, Canadá e Austrália, apontou: das 94 teses produzidas neste período e que atendiam aos critérios da pesquisa, 35% foram produzidas na Espanha, 34% foram produzidas no Brasil, 17% foram produzidas no Canadá e 14% foram produzidas na Austrália.

Esta pesquisa aponta uma internacionalização na produção de conhecimento arquivístico nos últimos 10 anos. Além disso, percebe-se uma descentralização desta produção de conhecimento arquivístico em países com realidades distintas.

La investigación archivística ha experimentado una evolución positiva en la última década, tanto en lo que se refiere a la cantidad de trabajos como a la calidad. El análisis bibliométrico, cuyo uso se apoya en el importante papel que desempeñan las tesis en la creación de conocimiento, ha señalado un crecimiento en lo que a producción científica se refiere. [...] La evolución ha sido grande y productiva, no obstante queda mucho por mejorar. El análisis de los resultados obtenidos sirve para contextualizar la situación mundial y la de cada uno de los países y para detectar los déficits existentes y, con ello, contribuir al progreso de nuevas actuaciones para subsanarlos. (OLIVEIRA, 2012, p. 62)

A partir dos marcos acima destacados, é possível sugerir alguns limites que apontam o que é essa Arquivologia do tempo atual, ou seja, a Arquivologia contemporânea.

Entende-se que a Arquivologia contemporânea começa a se delinear a partir da década de 1990, do século XX, com o surgimento da Arquivologia pós-moderna, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e o aumento na produção de conhecimento arquivístico, fruto do desenvolvimento do ensino e pesquisa na área.

Embora o pensamento pós-moderno ainda não seja hegemônico na área, suas ideias permitem um processo de mudança ao repensar os “velhos conceitos” da Arquivologia “clássica”, produto da prática empírica nos arquivos de Estado.

Além do pós-modernismo, as tecnologias de comunicação e informação também têm desafiado os arquivistas a reformularem os principais preceitos da Arquivologia. As tecnologias de informação e comunicação tem contribuído para uma mudança paradigmática na área.

O aumento na produção de pesquisas, revelam a emergência na produção de conhecimento arquivístico. Não faltam temas para pesquisa na área, as tecnologias de informação impõem uma agenda de pesquisa duradoura. Novos espaços de pesquisa em Arquivologia devem emergir, tanto em universidades quanto em instituições arquivísticas.

Estamos diante de uma nova Arquivologia? Acredita-se que não. Pelo contrário, ao rever as bases da Arquivologia “clássica” – seus conceitos, teorias e métodos – se está fortalecendo a Arquivologia enquanto campo de conhecimento científico.

Marcos empíricos

Instituições arquivísticas públicas

A necessidade de preservar os documentos produzidos pelo Estado fez com que se criasse no âmbito da Revolução Francesa, em 1789, o Arquivo Nacional da França, órgão estatal responsável pela guarda dos documentos produzidos pela administração pública francesa.

Para Fonseca, (2005, p. 40) o modelo de instituição arquivística criado a partir da Revolução Francesa tinha como características: a criação de uma administração orgânica responsável por uma cadeia de departamentos públicos produtores de documentos, o reconhecimento por parte do Estado de sua responsabilidade com a preservação dos documentos por ele produzidos e o direito aos cidadãos de acesso aos arquivos.

Do surgimento das instituições arquivísticas até meados do século XX, podemos perceber as instituições arquivísticas como órgãos voltados exclusivamente para a guarda dos documentos de valor histórico. Este modelo de instituição arquivística “histórica” altera-se a partir da segunda metade do século XX.

No final da primeira metade do século XX, observa-se um crescimento no volume de documentos produzidos. Após a Segunda Guerra Mundial, o aumento no volume de produção de documentos levou ao surgimento de grandes massas documentais acumuladas.

É nesse contexto que se observa o surgimento do conceito de gestão de documentos, que tem por finalidade promover a eficiência e eficácia na produção, uso e destinação final dos documentos.

A partir do surgimento do conceito de gestão de documentos e da responsabilidade da aplicação de seus preceitos pelas instituições arquivísticas, observa-se uma transformação do modelo “histórico” de instituições arquivísticas para um modelo que contemple todo o ciclo vital dos documentos produzidos pela administração pública. As instituições arquivísticas passam a ter um papel mais ativo nas administrações públicas.

Instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro

Podemos observar na cidade do Rio de Janeiro, a concentração de três instituições arquivísticas ligadas às três diferentes esferas de poder: Municipal, Estadual e Federal. São elas: o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

Essa concentração de instituições arquivísticas confere à cidade do Rio de Janeiro um papel de destaque no cenário arquivístico nacional. A escolha dessas três instituições arqui-

vísticas públicas, como campo empírico de pesquisa, deve-se ao fato delas estarem localizadas na cidade do Rio de Janeiro e de custodiarem um expressivo volume de documentos especiais.

Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional é criado por meio do Regulamento n.º 2, de 2 de janeiro de 1838, como Arquivo Público do Império. Antes de sua criação formal, o Arquivo Público do Império já estava previsto no artigo 70 da Constituição do Império, de 25 de março de 1824, com a finalidade de guardar o original de todas as leis assinadas pelo imperador.

No ano de 1893, o Arquivo Público do Império passa a ser denominado de Arquivo Público Nacional. Em 1911, o Arquivo Público Nacional transforma-se em Arquivo Nacional, denominação utilizada atualmente.

O Decreto n.º 82.308, de 25 de setembro de 1978, institui o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR). Em 8 de janeiro de 1991, é sancionada a Lei 8.159, dando ao Arquivo Nacional a responsabilidade pela gestão e recolhimento dos documentos produzidos pelo Poder Executivo Federal. A Lei também cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

O Decreto n.º 4.915, de 12 de dezembro de 2003, institui o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA) da Administração Pública Federal, na qual o Arquivo Nacional atua como órgão central.

O Arquivo Nacional, órgão integrante do Ministério da Justiça, tem como finalidade a preservação e acesso dos documentos por ele custodiados. É órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA), da administração pública federal, e implementa e acompanha a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Por meio do Decreto n.º 2.638, de 25 de agosto de 1931, é criado o Arquivo Geral do Estado. Somente no ano de 1975, após diversas alterações em sua denominação, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, recebe sua atual designação: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

O APERJ, órgão vinculado a Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, é responsável pela gestão dos documentos do Poder Executivo Estadual. Cabe ao APERJ implementar a política estadual de arquivos, definida pelo Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ).

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) tem origem na refundação da cidade, no ano de 1567, como Arquivo da Câmara Municipal. Com o Decreto n.º 44, de 5 de agosto de 1893, o Arquivo da Câmara passou a ser denominado Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal, com responsabilidade de preservar os documentos produzidos pelo Executivo Municipal. Após diferentes denominações, em 1979, passa a se chamar Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

O AGCRJ integra a Secretaria Municipal da Casa Civil da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tem como atribuições a gestão dos documentos do município do Rio de Janeiro, elaborar, implementar e acompanhar a política municipal de arquivo públicos e privados, no âmbito do Poder Executivo.

Metodologia

Para estudo do campo empírico, as instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro, será feita uma análise qualitativa dos dados levantados a partir dos regimentos internos, organogramas e relatórios de atividades destas instituições.

Por meio dos regimentos internos e organogramas por qual passaram as instituições arquivísticas públicas, analisadas nesta pesquisa, busca-se observar os impactos nas estruturas destas instituições após o surgimento da noção de documentos especiais, nas décadas de 1960 e 1970.

Visando identificar as práticas desenvolvidas no âmbito dos documentos especiais, serão investigados os relatórios de atividades dos três primeiros anos da década de 1990 e os atuais três últimos anos. Este recorte é dado a partir do entendimento que a Arquivologia contemporânea tem início nos anos de 1990. Portanto, além de uma análise qualitativa destes dados, almeja-se uma análise comparativa das práticas desenvolvidas no âmbito dos documentos especiais.

Também será alvo desta pesquisa, observar como os documentos especiais foram inseridos no programa de modernização do Arquivo Nacional, na década de 1980, por meio dos relatórios de atividades deste período. A escolha deste período deve-se a importância que o programa de modernização teve para o Arquivo Nacional.

Pretende-se fazer uma entrevista semi-estruturada com os dirigentes dos setores responsáveis pelo processamento técnico dos documentos especiais destas instituições, visando o levantamento de informações complementares à análise qualitativa dos regimentos internos, organogramas e relatórios de atividades.

Análise preliminar dos dados

Até o presente momento, foram coletados os dados dos relatórios de atividades da década de 1980 e os regimentos internos do Arquivo Nacional. O acesso aos dados foram solicitados via e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), do Governo Federal.

Os documentos especiais na estrutura interna do Arquivo Nacional: um quadro em constante alteração

Desde sua criação, em 1838, o Arquivo Nacional passou por diversas transformações em sua estrutura interna. A presença dos documentos especiais na estrutura da instituição, só tem início por meio do regimento aprovado pelo Decreto n.º 44.862, de 21 de novembro de 1958. Neste regimento, foi criado o Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica, que se subdividia em seis seções: Seção de Mapas, Seção de Fotografias, Seção de Filmes, Seção de Microfilmes, Seção de Documentos Sonoros e Seção de Fonofotografia.

O surgimento na estrutura do Arquivo Nacional de um setor específico para o processamento técnico dos documentos especiais, alinha-se, conforme mencionado anteriormente, com a incorporação pela Arquivologia dos documentos especiais como documentos arquivísticos.

A portaria n.º 600-B, de 15 de outubro de 1975, cria a Divisão de Documentação Audiovisual, com três seções a ela subordinadas: Seção de Gravação de Som e Imagem, Seção de Filmes e Seção Iconográfica e Cartográfica.

Na década de 1980, em pleno processo de modernização institucional, foram iniciados estudos com vistas à reformulação do regimento interno da instituição. A proposta de regimento interno submetido ao Ministério da Justiça para aprovação, resultou da comparação de estruturas organizacionais de instituições arquivísticas de diversos países. Nesta proposta, subordinada a Diretoria de Arquivos Permanentes, era criada a Divisão de Documentos Especiais.

Hoje, denominada Divisão de Documentos Especiais, segundo o novo organograma institucional, já que abrange outros documentos, como os cartográficos, constitui um dos segmentos do Arquivo Nacional, onde talvez se perceba com mais clareza a introdução de modificações estruturais. (BRASIL, [198-]a, p. 68)

A proposta de novo regimento não foi aprovada pelo Ministério da Justiça.

A portaria n.º 384, de 12 de julho de 1991, cria a Divisão de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, com três seções: Seção de Documentos Iconográficos, Seção de Documentos Cartográficos e Seção de Documentos Sonoros, Cine e Vídeo.

Os regimentos internos publicados pelas portarias n.º 173, de 8 de abril de 1992 e n.º 617, de 17 de agosto de 1994, não alteram a estrutura do regimento anterior.

Em todas as alterações estruturais citadas acima, a unidade responsável pelos documentos especiais não tinha nenhuma relação com a unidade responsável pelos documentos textuais. Estas unidades mantinham o mesmo grau na hierarquia da instituição.

Este quadro altera-se por meio da portaria n.º 16, de 4 de julho de 2001, que cria a Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo com as seguintes coordenações: Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, Coordenação de Documentos Escritos e Coordenação de Preservação do Acervo.

Nesta estrutura, uma coordenação geral integra as coordenações de documentos textuais e especiais, mantidos os níveis de independência entre elas. Outro dado que merece destaque é que a partir desta estruturação, somem do regimento interno da instituição as unidades específicas para processamento técnico dos diversos tipos de documentos especiais. Estas unidades, a partir desta estruturação, passam a ser informais na estrutura da instituição.

Duas novas portarias que instituem o regimento interno do Arquivo Nacional foram publicadas: n.º 42, de 8 de novembro de 2002, e n.º 2.433, de 24 de outubro de 2011. Ambas mantiveram a mesma estrutura definida pela portaria n.º 16, de 4 de julho de 2001.

As diversas estruturas internas por qual passou o Arquivo Nacional desde sua criação, refletem as diversas modificações estruturais do Estado brasileiro. No que tange aos documentos especiais, e no que pese as alterações estruturais, eles permaneceram institucionalizados desde o ano de 1958. Uma área específica, dentro da estrutura interna da instituição, para processamento técnico dos documentos especiais, ratificam a importância destes documentos como documentos arquivísticos.

Os documentos especiais no Programa de Modernização do Arquivo Nacional

Na década de 1980, o Arquivo Nacional implementa o seu programa de modernização institucional-administrativa. Este programa foi arquitetado a partir do diagnóstico dos principais problemas da instituição, desde sua criação em 1838, e perspectivas futuras.

O objetivo deste programa era dotar o Arquivo Nacional de aparatos para recolhimento, processamento técnico e difusão dos acervos por ele custodiados. Para este objetivo, quatro ações foram realizadas: identificação do acervo recolhido e a ser recolhido pela institui-

ção; arranjo de séries e fundos documentais; apoio aos trabalhos de identificação e arranjo; e implementação do SINAR.

No que se refere aos documentos especiais, dentro das quatro ações destacadas acima, a então Divisão de Documentos Especiais⁹ contou com as atividades de identificação do acervo e a elaboração de modelos de organização destes documentos.

A experiência de trabalho desenvolvida na execução do programa de modernização permitiu a divulgação de um método de abordagem capaz de processar grandes volumes documentais de natureza pública. Método aplicável a documentos textuais ou aos documentos chamados não-convencionais (discos, fitas, filmes, fotografias, vídeos etc.), depositados na maior parte dos arquivos públicos, poderá sofrer adaptações e acréscimos que contribuirão decisivamente para a consagração de uma metodologia brasileira na organização dos seus arquivos públicos. (BRASIL, [198-]a, p. 23)

Observa-se por meio dos relatórios de gestão da década de 1980, o apontamento de que a então Divisão de Documentos Especiais constituía-se um dos setores do Arquivo Nacional onde mais se podia observar a introdução de modificações estruturais, fruto do programa de modernização do Arquivo Nacional.

Considerações parciais

A noção de documentos especiais surgida entre as décadas de 1960 e 1970, conforme mencionado anteriormente, é resultado destes serem considerados documentos de arquivo.

No cenário de uma Arquivologia contemporânea, faz-se necessário verificar se esta noção ainda é utilizada, ou, até mesmo, se configura como um conceito na Arquivologia. Neste sentido, cabe indagar se os documentos de arquivos – em linguagens audiovisual, iconográfica ou sonora – ainda devem ser considerados “especiais”, à parte dos documentos em linguagem textual.

Se analisarmos sob a perspectiva da noção de informação arquivística, onde o suporte é apenas um artefato que carrega a informação, há documentos especiais?

A análise preliminar dos dados coletados sugere que as instituições arquivísticas ainda se estruturam com uma separação entre os setores de processamento técnico de documentos especiais e documentos textuais. Esta separação pode indicar, para além de uma separação

⁹ Divisão proposta no regimento interno elaborado na década de 1980, enviada ao Ministério da Justiça e não aprovado. O relatório de atividades do Arquivo Nacional, 1980-1984, faz referência a esta divisão.

estrutural ou física dos documentos, uma separação intelectual de processamento técnico, ou seja, na relação orgânica entre os documentos de um fundo de arquivo, independente da linguagem, suporte ou formato utilizados.

A análise preliminar do campo empírico desta pesquisa, revela, a princípio, que as instituições arquivísticas ainda se utilizam da noção de documentos especiais.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRASIL. Arquivo Nacional. *Relatório de gestão 1980-1984*. Rio de Janeiro, [198-]a.
- BRASIL. Arquivo Nacional. *Relatório de gestão 1985-1989*. Rio de Janeiro, [198-]b.
- COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação arquivística*, Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- DAMIAN CERVANTES, G. *Los documentos especiales en el contexto de la archivística*. México, 2008.
- FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JARDIM, J. M. *Transparência e Opacidade do Estado no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999.
- JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- OLIVEIRA, L. H. et al. La construcción de la archivística: una aproximación a la investigación científica através de las tesis doctorales. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. (Org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino em Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- LANZA, E.; GOLINELLI, P. *Elementi essenziali di archivística teórica e pratica*. Bologna: Pàtron Editore, 2006.
- LODOLINI, E. *Storia dell'archivística italiana: dal mondo antico alla metà del secolo XX*. Milano: FrancoAngeli, 2010.

- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. *La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Boletín Oficial del Estado y Universidad Carlos III de Madrid, 1996.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- PEARCE-MOSES, R. *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>>. Acesso em: 6 maio 2012
- ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- SILVA, A. M. da et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.
- SILVA, E. P. O Conceito de informação arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010.
- SILVA, S. C. de A. *A Preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2008.
- TANODI, A. Z. *Manual de Archivología Hispanoamericana: Teorías y Principios*. Córdoba: Brujas, 2009.

